ESTATUTO DA IGREJA BATISTA CONSTANTINÓPOLIS

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS

Art. 1º - A IGREJA BATISTA CONSTANTINÓPOLIS, organizada em 03 de setembro de 1940, com sede na Avenida Leopoldo Pères 419, Bairro de Educandos e foro na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, doravante, neste Estatuto, denominada Igreja, é uma organização religiosa, sem fins lucrativos, instituída por tempo indeterminado e número ilimitado de membros.

§ 1º São membros fundadores aqueles cujos nomes constam da ata de sua primeira Assembléia, realizada na data de sua organização.

§ 2º Também são considerados membros fundadores os que passaram a integrar o rol de membros até 31 de dezembro de 1940.

Art. 2º - A Igreja é uma organização religiosa, segundo os preceitos do Novo Testamento, que crê no único DEUS como criador e sustentador de todas as coisas, em JESUS CRISTO, Filho de Deus, como Salvador e Senhor e no ESPÍRITO SANTO de Deus. Aceita a Bíblia Sagrada como única regra de fé e conduta, adota os princípios da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, e toma suas decisões de forma democrática e autônoma, não estando sujeita a qualquer outra igreja ou denominação.

Parágrafo único - A Igreja relaciona-se, para fins de cooperação, com as demais igrejas da Convenção Batista do Amazonas e da Convenção Batista Brasileira, podendo, em casos especiais, respeitados os preceitos bíblicos e a decisão de seus membros, cooperar com os trabalhos de outras denominações evangélicas.

Art. 3º - A Igreja tem as seguintes finalidades:

I - reunir-se regularmente para prestar cultos de louvor e adoração a Deus e proclamar a mensagem do Evangelho de Jesus Cristo, por todos os meios ao seu alcance visando à expansão do reino de Deus entre os homens;

II - estudar a Bíblia Sagrada, visando ao doutrinamento e à edificação espiritual dos seus membros;

III - cultivar a comunhão, o bom relacionamento e a fraternidade cristã;

IV - promover, pelos meios adequados, as causas da ação social, da educação, da comunicação e da saúde familiar;

V - cooperar com as igrejas filiadas à Convenção Batista Brasileira e com a Convenção Batista do Amazonas, na realização dos seus fins;

§ 1º - para consecução das suas finalidades, a Igreja poderá manter pontos de pregação, congregações, missões, acampamentos, centros de treinamento, além de outros trabalhos de assistência social, educacional, saúde, orientação familiar e comunicação através de todas as mídias como rádio, televisão, internet, jornais, livros, periódicos, boletins informativos, produção de filmes, CD's e DVD's, diretamente, por seus órgãos e áreas ministeriais ou por meio de convênios.

§ 2º - poderá ainda, se o desejar, criar associações, organizações não governamentais (ONG's) e entidades a ela vinculada, com personalidade jurídica própria, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social e comunicação.

CAPÍTULO II – DOS MEMBROS

Seção I – Da admissão e do desligamento

Art. 4º - A Igreja é constituída de pessoas do sexo masculino e do sexo feminino, salvas e regeneradas por Jesus Cristo, que voluntariamente professam a sua fé no Evangelho de Jesus Cristo, como único e suficiente Salvador e Senhor, que aceitam as doutrinas bíblicas e as disciplinas adotadas pela Igreja, sem distinção de nacionalidade, raça, cor ou posição social.

Art. 5º - São considerados membros da Igreja, as pessoas recebidas por deliberação da Assembléia Geral, na forma como segue:

I - por batismo, os candidatos previamente aprovados em pública profissão de fé;

II - por carta de transferência, membros de outras igrejas da mesma fé e ordem;

III - por aclamação, pessoas cujo testemunho público seja conhecido da membresia da Igreja e com ela esteja cooperando por prazo não inferior a 3 (três) meses.

IV - por reconciliação, devidamente solicitada, de pessoas afastadas do rol de membros desta Igreja ou comprovadamente afastadas de outras igrejas da mesma fé e ordem;

Parágrafo único - Casos especiais não constantes deste artigo serão apreciados e decididos pela Igreja em Assembléia Geral.

Art. 6º - Perderá a condição de membro da Igreja aquele que for desligado do seu rol de membros, por decisão da Assembléia Geral, nas seguintes hipóteses:

I - solicitar desligamento ou em caso de óbito;

II – transferir-se para outra igreja;

III – ausentar-se dos cultos, deixando de contribuir e participar das atividades eclesiais da Igreja e com a mesma não se comunicar por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, tempo suficiente para caracterizar abandono e desinteresse pela Igreja e pela obra que a mesma realiza;

IV - defender ou professar doutrinas ou práticas que contrariem os princípios constantes da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira que, para todos os efeitos, integra o presente Estatuto;

V – infringir os princípios éticos, morais e de boa conduta defendidos pela Igreja, com fundamento na Bíblia Sagrada.

§ 1º - Mediante parecer fundamentado do Diaconato, que funciona como Área Ministerial de Membresia, a Assembléia Geral deliberará sobre o desligamento de qualquer membro, garantindo-lhe direito de defesa.

§ 2º - Da decisão que desligar membro da Igreja caberá recurso por escrito à Assembléia Geral Extraordinária, requerido pelo interessado ou seu representante legal, desde que apresente fato novo, no prazo não superior a trinta dias contados da comunicação da referida decisão.

§ 3º - Em qualquer das situações previstas neste artigo, exigir-se-á assistência dos responsáveis, quando o membro for civilmente incapaz.

Seção II - Dos direitos e deveres dos Membros

Art. 7º - São direitos dos membros da Igreja:

I - participar das atividades da Igreja, tais como cultos, celebrações, eventos, reuniões de oração, treinamentos, estudos bíblicos e ação social;

II - participar da Assembléia Geral, com direito ao uso da palavra e ao exercício do voto;

III - votar e ser votado para cargos ou funções, observada a maioria civil quando se tratar do previsto no inciso I do artigo 10 (dez) deste Estatuto;

IV - receber assistência espiritual.

§ 1º - A qualidade de membro da Igreja é intransferível, sob qualquer alegação, não podendo o membro ser representado por procuração, pois sua vinculação com a Igreja é pessoal, obedece aos princípios de fé e exige convicção pessoal e conduta coerente com os ensinamentos da Bíblia, ministrados pela Igreja aos seus membros.

§ 2º - Seja a que título for, em qualquer hipótese ou alegação, nenhum direito, inclusive de natureza patrimonial ou financeira, poderá ser reivindicado por aquele que perder a condição de membro da Igreja, pois esta tem existência distinta da de seus membros.

Art. 8º - São deveres dos membros da Igreja:

I - manter uma conduta compatível com os princípios espirituais, éticos, morais e de boa conduta, de acordo com os ensinamentos da Bíblia Sagrada e os princípios de interpretação desta, na forma estabelecida no *caput* do artigo 2º deste Estatuto.

II - exercer os dons e talentos de que são dotados;

III - contribuir com dízimos e ofertas, para que a Igreja alcance seus objetivos e assim possa, cumprir sua missão;

IV - exercer, com zelo e dedicação, os cargos ou funções para os quais tenham sido eleitos ou designados, sempre com base no voluntariado, exceto, os casos previstos estatutária e regimentalmente.

V - observar e zelar pelo cumprimento do presente Estatuto e decisões dos órgãos administrativos, deliberativos e eclesiais nele previstos.

VI - portar-se para com a Igreja, coletivamente, e para com cada um dos seus membros, individualmente, de acordo com as doutrinas bíblicas e o presente Estatuto;

VII - comunicar-se com a Igreja, a ela informando por escrito, qualquer mudança de endereço, evitando assim, a ocorrência do previsto no inciso III, do artigo 6º, deste Estatuto.

CAPÍTULO III – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9º - A Assembléia Geral, constituída pelos membros da Igreja, é o seu poder soberano para decidir, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e deliberar sobre assuntos de seu interesse, inclusive, os casos omissos neste Estatuto.

§ 1º - A Assembléia Geral poderá ser:

- a) - Assembléia Geral Ordinária, realizada nos meses pares, conforme estabelecido em seu calendário de atividades;**
- b) – Assembléia Geral Extraordinária, quando necessário;**
- c) – Assembléia Geral Solene, quando deliberado previamente em Assembléia Geral Ordinária e/ou Extraordinária, exclusivamente para oficialização de batismos, inauguração e dedicação de templos ou outros edifícios da Igreja, Consagração e Posse de Pastor auxiliar, Ministro Ordenado e Diácono.**

§ 2º - A Igreja reunir-se-á em Assembléia Geral quando convocada pelo Pastor Presidente e, na falta deste, por seu substituto legal ou ainda, por no mínimo 1/5 (um quinto) dos seus membros.

§ 3º - A Assembléia Geral Ordinária será realizada com o quorum mínimo de 1/5 (um quinto) dos membros da Igreja, em primeira convocação e, em segunda e última convocação, com a presença de no mínimo 10% (dez por cento) dos membros que congregam na Sede da Igreja, 10 (dez) minutos após, e suas decisões serão válidas se aprovadas pelo voto concorde da maioria absoluta, de cinquenta por cento mais um, dos membros presentes à Assembléia.

§ 4º - A Igreja poderá realizar tantas quantas Assembléias Gerais Extraordinárias julgar necessárias, para decidir sobre qualquer assunto de seu interesse;

§ 5º - A Assembléia Geral Solene, não é deliberativa, e pela sua própria natureza, poderá ser realizada fora da sede da Igreja, dispensando-se quorum.

Art. 10 – Somente poderão ser apreciados e deliberados em Assembléia Geral Extraordinária os seguintes assuntos:

- I - eleger e dar posse à Diretoria Administrativa e o Conselho Fiscal;**
- II - destituir a Diretoria Administrativa ou o Conselho Fiscal;**
- III - alterar o Estatuto;**
- IV - eleger, dar posse e/ou destituir o Pastor Titular;**
- V - deliberar sobre a mudança do nome e/ou da sede da Igreja;**
- VI – deliberar sobre aquisição, alienação ou gravame de bens imóveis;**
- VII – dissolução da Igreja.**

§ 1º - As Assembléias Gerais Extraordinárias considerar-se-ão legitimamente constituídas, desde que convocadas com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, constando da convocação o assunto ou assuntos a serem apreciados, à exceção do referido no inciso VII, deste artigo, cujos prazos e quorum são estabelecidos no artigo 21 deste Estatuto.

§ 2º - Para as deliberações a que se referem os incisos I ao VII, deste artigo, será exigido o voto concorde da maioria absoluta de metade mais um dos membros presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar em 1ª (primeira) convocação, sem a presença da maioria absoluta (metade mais um) dos seus membros e/ou, em 2ª (segunda) convocação, 10 (dez) minutos após, sem a presença de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros que congregam na sede da Igreja.

§ 3º - À exceção das Assembléias Solenes, todas as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, para serem válidas, terão de ser realizadas na sede da Igreja.

CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA

Art. 11 – A administração da Igreja será exercida por uma Diretoria Administrativa composta de: Presidente, Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

§ 1º - O cargo de Presidente será exercido pelo Pastor Titular, eleito e empossado em Assembléia Geral Extraordinária, para mandato por tempo indeterminado, a critério da Igreja, só podendo ser exercido por seu substituto legal, no impedimento do mesmo ou quando se achar vago.

§ 2º - Os demais cargos da Diretoria serão exercidos por quaisquer membros da Igreja, civilmente capazes, eleitos em Assembléia Geral Extraordinária para mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos até duas vezes, sendo vedada nova eleição pelo período de 1 (um) ano para os cargos de 1º (primeiro) Vice-presidente; 1º (primeiro) Secretário e 1º (primeiro) Tesoureiro, de membros que tenham cumprido 3 (três) anos consecutivos de mandato.

§ 3º - Nenhum membro da Diretoria receberá remuneração pelo exercício de atividades pertinentes à gestão da Igreja, inclusive o Presidente.

§ 4º - O Pastor Titular e os demais Ministros ordenados poderão receber sustento da Igreja pelo exercício de funções pastorais, ministeriais e de orientação espiritual, sem vínculo empregatício.

§ 5º - As substituições serão processadas por vacância, impedimento, renúncia ou abandono do cargo na seguinte ordem: o presidente será substituído pelo primeiro vice-presidente e este, pelo segundo, sendo observada a mesma seqüência em relação aos demais cargos, até segundo tesoureiro, podendo, a critério da Igreja, ocorrer eleição para completar mandatos.

§ 6º - A Diretoria de que trata o caput deste artigo receberá assessoramento direto da Equipe Ministerial, dos Conselhos de Líderes e Fiscal, do Diaconato e dos Relatores de Comissões.

Art. 12 – Compete ao Presidente:

I - dirigir e superintender os trabalhos da Igreja, podendo participar de quaisquer reuniões de Áreas Ministeriais, Ministérios, Comissões, Entidades ou Órgãos da Igreja na condição de membro *ex-officio*, com direito ao uso da palavra e ao exercício do voto;

II - representar a Igreja judicial e extrajudicialmente;

III - convocar e presidir as Assembléias Gerais;

IV - assinar, com o secretário, depois de aprovadas, as atas das Assembléias Gerais;

V - assinar, pessoalmente ou mediante procuração autorizada pela Igreja em Assembléia Geral, juntamente com o tesoureiro, a documentação contábil, cheques, requisições de cheques, além de abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, escrituras, contratos e outros negócios jurídicos;

VI – assinar o expediente da Igreja;

VII - indicar, querendo, nomes a serem submetidos à apreciação da Igreja, mediante parecer da Comissão de Indicações, para os cargos referidos nos artigos 11 e 20 deste Estatuto;

VIII - indicar à apreciação da Igreja, quando julgar necessário, nomes de pastores ou ministros ordenados para servirem em funções auxiliares, criando-se, se for o caso, o respectivo cargo;

IX - tomar, juntamente com a Diretoria Administrativa, nos casos comprovadamente excepcionais ou de urgência, decisões *ad referendum* da Assembléia, submetendo-as posteriormente à homologação;

X – cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e outras normas e deliberações tomadas pela Igreja.

Parágrafo único – Mediante autorização da Assembléia, delegar, querendo, as atribuições previstas nos incisos II, V e VI, deste artigo.

Art. 13 – Compete ao 1º (primeiro) Vice-Presidente, substituir o Presidente, nos seus impedimentos e ausências, auxiliar o Presidente e exercer as atribuições que lhes forem conferidas pela Igreja, inclusive, preferencialmente, exercer a Coordenação da Área Ministerial de Administração.

Parágrafo único – Compete ao 2º (segundo) Vice-Presidente, substituir o 1º (primeiro) Vice-Presidente, nos seus impedimentos e ausências e exercer as atribuições que lhes forem atribuídas pela Igreja.

Art. 14 – As demais atribuições dos membros da Diretoria Administrativa poderão constar do Regimento Interno e serão exercidas de acordo com decisão da Assembléia Geral.

CAPÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO ECLESIAÍSTICA

Seção I – Dos Oficiais

Art. 15 – A Igreja tem como Oficiais, Pastores, Ministros Ordenados e Diáconos, eleitos por tempo indeterminado, cujos deveres se acham delineados em o Novo Testamento, neste Estatuto e no Regimento Interno, cessando o exercício das respectivas funções quando se exonerarem ou quando destituídos por votação da Assembléia Geral conforme previsto estatutariamente.

§ 1º - A Igreja terá um Pastor Titular, que poderá ser auxiliado por outros Pastores e Ministros Ordenados a critério da Assembléia Geral, respeitado o disposto no inciso VIII, do artigo 12 (doze) deste Estatuto, os quais integram a Equipe Ministerial, sendo as atribuições dos Ministros ordenados definidas pelo Pastor Titular, homologadas pela Assembléia e divulgadas em toda a Igreja.

§ 2º - Os Diáconos são oficiais da Igreja, eleitos, consagrados e empossados em Assembléia, os quais constituirão o Diaconato, que exercerá as atribuições pertinentes à Área Ministerial de Membresia, prestando assessoramento ao Pastor da Igreja e auxiliando-o no que for solicitado. É também de sua responsabilidade o provimento dos elementos e organização da mesa do Senhor, além de outras atividades que serão definidas em Assembléia e poderão constar do Regimento Interno.

Seção II - Do Conselho de Líderes

Art. 16 – A Igreja terá um Conselho de Líderes, composto pela Diretoria Administrativa, Membros da Equipe Ministerial, Diáconos, Coordenadores de Áreas Ministeriais, Líderes de Ministérios, Conselho Fiscal, Relatores de Comissões, além de outros líderes definidos pela Assembléia.

§ 1º - A direção do Conselho de Líderes será exercida pela Diretoria Administrativa da Igreja.

§ 2º - É da competência do Conselho de Líderes conhecer previamente a pauta e organizá-la com os assuntos a serem encaminhados à apreciação e à deliberação da Assembléia Geral.

§ 3º - À exceção do previsto nos artigos 5º (quinto), 6º(sexto) e 10 (dez) deste Estatuto, o Conselho de Líderes também poderá deliberar finalisticamente sobre outros assuntos de interesse da Igreja definidos em Assembléia, os quais constarão do Regimento Interno.

§ 4º - As demais atribuições do Conselho de Líderes serão conferidas pela Assembléia Geral, as quais poderão constar do Regimento Interno.

Seção III – Da orientação espiritual

Art. 17 – A orientação espiritual e doutrinária da Igreja, bem como a direção dos atos de culto, são prerrogativas do Pastor Titular, para cumprimento do que observará o que preceitua a Bíblia Sagrada e os termos deste Estatuto.

CAPÍTULO VI – DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 18 – A receita da Igreja destinada à sua manutenção e ao seu desenvolvimento é constituída por dízimos e ofertas, entregues voluntariamente, por ato de fé, não podendo ser reivindicados, nem mesmo por terceiros, sob qualquer alegação.

Parágrafo único – O exercício social encerrar-se-á anualmente em 31 de dezembro.

Art. 19 – O patrimônio da Igreja é constituído de bens móveis e imóveis, adquiridos à título oneroso ou gratuito, que possua ou venha a possuir, os quais serão registrados em seu nome e serão utilizados exclusivamente na consecução dos seus fins estatutários.

§ 1º - A Igreja poderá receber, por decisão da Assembléia, doações e legados, que deverão ser aplicados, exclusivamente, na consecução de suas finalidades.

§ 2º - A Igreja só responde com seus bens pelos compromissos assumidos com expressa autorização da Assembléia Geral ou decorrente de lei.

§ 3º - A Diretoria Administrativa e os membros individualmente, não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Igreja e não têm direito ao seu patrimônio e receita, assim como a Igreja não responde por qualquer obrigação de seus membros.

§ 4º - Não haverá solidariedade da Igreja quanto às obrigações contraídas por outras igrejas ou instituições denominacionais.

CAPÍTULO VII - DO CONSELHO FISCAL

Art. 20 – A Igreja elegerá, anualmente, em Assembléia Geral Extraordinária um Conselho Fiscal, constituído de três membros, observado o disposto no inciso III do artigo 7º deste Estatuto, com as seguintes atribuições:

I – examinar e dar parecer sobre os balancetes, balanços e suas respectivas documentações;

II – acompanhar a evolução financeira e contábil;

III – recomendar as medidas administrativas necessárias à manutenção do equilíbrio financeiro.

Parágrafo único – Juntamente com os membros titulares, serão eleitos três suplentes, os quais assumirão nas faltas ou impedimentos dos titulares.

CAPÍTULO VIII – DA DISSOLUÇÃO

Art. 21 – A Igreja só poderá ser dissolvida pela Assembléia Geral Extraordinária quando não estiver cumprindo, reconhecidamente, as suas finalidades.

§ 1º - Para deliberar sobre a dissolução da Igreja será necessário o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos seus membros, em duas Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas com intervalo mínimo de 60 (sessenta) dias, devendo a convocação ser feita, expressamente para esse fim, com ampla publicidade, inclusive pela imprensa denominacional estadual e nacional, observada a antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados a partir da convocação, que será única para as duas Assembléias.

§ 2º - No caso de dissolução, cumpridas as obrigações legais, o patrimônio líquido da Igreja passará à Convenção Batista do Amazonas ou, na sua falta, à Convenção Batista Brasileira, sem qualquer direito dos membros a quotas ou frações.

CAPÍTULO IX - DAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS

Art. 22 – Ocorrendo divergências entre membros da Igreja, por motivo de ordem doutrinária ou práticas eclesiais, os usos do nome: Igreja Batista Constantinópolis e seu patrimônio ficarão com o grupo, mesmo se minoritário, que permanecer fiel às doutrinas batistas, consubstanciadas na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.

Parágrafo único – O grupo de membros considerado fiel às doutrinas batistas terá as seguintes prerrogativas:

I - permanecer na posse e domínio do templo e demais móveis e imóveis, neles continuando a exercer as suas atividades espirituais, eclesiais e administrativas;

II - eleger outra Diretoria, inclusive um novo Pastor Titular, se as circunstâncias o exigirem;

III – exercer todos os direitos e prerrogativas previstas neste Estatuto e na lei.

Art. 23 – Configurada qualquer das hipóteses previstas no “caput” do artigo vinte e dois (22), o julgamento do litígio será feito por um Concílio Decisório, constituído na forma prevista pela Convenção Batista do Amazonas ou, se não houver, por quinze (15) pastores indicados pela Assembléia Convencional ou por seu órgão representativo.

§ 1º - Na sua primeira reunião, o Concílio Decisório elegerá um (01) presidente e dois (02) secretários para os devidos fins.

§ 2º - O Concílio definirá os prazos para oitiva dos grupos divergentes, o local de reuniões, e as provas necessárias à fundamentação do seu convencimento, sendo aceitas igualmente, as provas admitidas em direito, devendo prolatar decisão final no prazo máximo de noventa (90) dias, contados da sua instalação.

§ 3º - As decisões do Concílio Decisório são irrecorríveis, entrando em vigor imediatamente.

§ 4º - O grupo que, de qualquer maneira, se opuser ao processo aqui estabelecido, será considerado vencido, ficando sujeito às sanções previstas neste Estatuto e na lei.

Art. 24 – Enquanto não forem sanadas as divergências doutrinárias, a Igreja ou quaisquer dos grupos não poderão deliberar sobre os seguintes assuntos:

I – alienação, permuta ou oneração total ou parcial do patrimônio da Igreja;

II - desligamento de membros ou quaisquer restrições aos seus direitos individuais na Igreja;

III – reforma do Estatuto, ou qualquer outro documento normativo;

IV – mudança da sede da Igreja;

V - alteração do nome da Igreja.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 – Ocorrendo a vacância do cargo de Pastor Titular, e existindo Pastores ou Ministros ordenados, no exercício de cargos ou funções auxiliares, tais como Pastor Adjunto, ou Pastor Auxiliar, ou Ministro de Música, ou similar, operar-se-á a vacância concomitante com a de o Pastor Titular.

Art. 26 – As regras parlamentares adotadas pela Igreja são as mesmas observadas pela Convenção Batista do Amazonas, com as devidas adaptações.

Art. 27 – A Igreja adotar um Regimento Interno, aprovado em Assembléia, cujo teor não poderá contrariar os termos nem o espírito deste Estatuto.

Art. 28 – Este Estatuto só poderá ser reformado depois de aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, nos termos previstos neste Estatuto.

Art. 29 - O presente artigo, bem como os artigos 2º (segundo) e 21 a 24 (vinte e um a vinte e quatro), não serão objetos de deliberação.

Art. 30 - Este Estatuto aprovado em Assembléia Geral Extraordinária consolida o Estatuto anterior nos artigos não reformados e entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Manaus-Am, 04 de Novembro de 2007.

Pastor Jorge Max da Silva

Presidente

RG. 05616412-2 RJ (24.02.1980)

CPF.689.166.397-00

Nota explicativa para fins históricos:

3ª Reforma do Estatuto da IBC aprovada em 04 de novembro de 2007.

Averbado no Cartório Especial de Registro de Títulos e Documentos em 23 de novembro de 2007. Protocolado sob nº 00021009 e registrado sob nº 00020983 no livro A-357.